PORTARIA № 25/2015

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, CONFERIDAS PELO ARTIGO 40 DO REGIMENTO INTERNO,

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias regulamentares à servidora Francielle Mendes Gonçalves, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, contadas de 06 de abril de 2015 a 25 de abril de 2015, referente aos períodos aquisitivos de 01 de novembro de 2011 a 31 de outubro de 2012 e de 01 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013, conforme requerimento nº 10/2015, protocolado sob nº 188/2015 e deferido em 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pitanga, 01 de Abril de 2015.

Fabricio Duarte Holovka Presidente

publicidade legal

Campo Mourão, Quinta-feira, 2 de abril de 2015

EDIÇÃO Nº 9.073



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ELEICÕES UNIFICADAS PARA CONSELHO TUTELAR

EDITAL Nº. 02/2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAI DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal 480/2009 torna público o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO para o Processó de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2016/2019, aprovado pela RESOLUÇÃO Nº 001/2015, do

1 - DO PROCESSO DE ESCOLHA

1.1) O presente processo de Escolha em Data Unificada é disciplinado pela Lei 8.069/90 (ECA), Resolução nº 139/2010 alterada pela Resolução nº 170/2014 do Conanda e pela Leis Municipais N.480/2009 e 630/2012 e Resolução nº 01 de 2015 do CMDCA, sendo realizado sob a responsabilidade deste e fiscalização do Ministério Público.

1.2) Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do município de Corumbatai do Sul- Pr, no dia 04 de outubro de 2015, sendo que a posse dos eleitos e seus respectivos suplentes ocorrerá em 10 de janeiro de 2016.

1.3) Como forma de dar início, regulamentar e dar ampla visibilidade ao Processo de Escolha em Data Unificada, para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2016/2019, torna público o presente Edital nos seguintes

2 DO CONSELHO TUTELAR

2.1 O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA

comunidade local para o mandato de 04 (quatro anos) permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de escolha com

2.2 Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas nos art. 18-B, par. único¹, 90, §3º, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei nº 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pelas Leis Municipais nº 480/2009 e 630/2012.

2.3. O presente Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Corumbatal do Sul. Pr visa preencher as 05 (cinco) vagas existentes o colegiado, assim como para seus respectivos suplentes;

2.4. Por força do disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas2.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR:

3.1. Por força de disposte no art. 133, da Lei nº 8.069/90, e do art. 18, da Lei Municipal nº 480/2009 os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I- Possuir idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

II- Ter residência fixa e residir no Município há mais de 02 (dois) anos; III- Possuir ensino médio completo, antigo segundo grau;

IV- Possuir reconhecida idoneidade moral, apresentando 02 (duas) declarações feitas por autoridades municipais maiores de 30 anos, que não ocupem cargos políticos, residam no município há mais de dois anos, atestando a sua boa



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA

de Escolas, Padre, Delegado de Polícia, Comandante da Polícia Militar, Juiz de Paz e Cartorário.

V- Comprovar inexistência de antecedentes criminais através de certidão do Cartório Distribuidor e do Cartório da Vara Criminal, de onde residiu nos últimos

VI- Demonstrar, por documentos idôneos, ter conhecimentos básicos em informática, suficientes para o exercício do cargo, ou firmar compromisso de capacitar-se, tendo 120 dias como prazo a contar da data da assunção do cargo para apresentar certificado de conclusão do curso de informática sob pena de perda do mandato;

VII- Possuir habilitação para direção de veículos automotores terrestres na categoria "B", ou firmar c npromisso de capacitar-se, tendo 180 días como prazo a contar da data da assunção do cargo para apresentar a habilitação, podendo requerer antes do vencimento do prazo, a sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, mediante comprovação de ter iniciado o processo de habilitação junto ao DETRAN e através de Auto Escola, pelo menos 90 (noventa) dias antes do vencimento do prazo, juntamente com a justificativa da Auto Escola da impossibilidade de conclusão no prazo, sob pena de perda do

VIII- Após o candidato ser eleito, para ser investido no cargo, deverá participar de curso de capacitação, oferecido pelo Município, para atendimento das crianças e adolescentes no exercício de suas funções e em observância ad Estatuto da Criança e Adolescente, sob pena de perder o mandato

IX- Possuir conhecimentos básicos do Estatuto da Criança e do Adolescente X-O candidato demonstrará que tem conhecimentos básicos do Estatuto da Criança e o Adolescente através de aprovação em teste a ser aplicado pelo CMDCA e fiscalizado pelo Promotor de Justiça da Comarca de Barbosa Ferraz, ou outra pessoa idônea por ele indicado. O teste será constituído de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, nas quais serão aferidos conhecimentos básicos do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo que será considerado aprovado o candidato que atingir o mínimo de 50% de



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3.2. O preenchimento dos requisitos legais deve ser demonstrado no ato da

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO:

regime de dedicação exclusiva, durante o horário previsto no art. 22 da Lei Municipal nº 480/2009 para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de outras diligência e tarefas inerentes ao órgão;

4.2. O valor do vencimento é de: R\$:942,34 (novecentos e quarenta e dois

4.3. Se eleito para integrar o Conselho Tutelar o servidor municipal, poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de Conselheiro ou o valor de seus vencimentos, ficando-lhe garantidos:

a) O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu

b) A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para

5. DOS IMPEDIMENTOS:

5.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges heiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha rota iteral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto no art.140, da Lei nº 8.069/90 e art. 15, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA;

5.2. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação; o candidato remanescente será reclassificado como seu suplente imediato, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento;



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE RUA CARAMURU - CENTRO - FONE/PAX (1844) 3277-1460

5.3. Estende-se o impedimento do conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca;

5.4. É também impedido de se inscrever no Processo de Escolha unificado o membro do Conselho Tutelar que:

a) Tiver sido empossado para o segundo mandato consecutivo até o dia 10 de

b) Tiver exercido o mandato, em regime de prorrogação, por período ininterrupto superior a 04 (quatro) anos e meio.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL:

6.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituiu através do Edital 001/2015 uma Comissão Especial de composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil, para a organização e condução do presente Processo de Escolha;

6.2. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

a) Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à

b) Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante

c) Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para

d) Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras

e) Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão



compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da

candidatura, sem prejuízo da imposição das sanções previstas na legislação f) Estimular e facilitar o encaminhamento de noticias de fatos que constituam

violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem; g) Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de

impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

h) Escolher e divulgar os locais de votação e apuração de votos

i) Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

j) Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo

mente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores.

6.3. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:

7.1. O Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar observará o calendário anexo ao presente Edital;

7.2. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fará publicar editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente para cada uma das fases do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, dispondo sobre:

a) Inscrições e entrega de documentos;

b) Relação de candidatos inscritos para o Teste de Conhecimentos Básicos do Estatuto da Criança e do Adolescent



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE RUA CARAMURU – CENTRO – FONE/FAX (044) 3277

c) Relação de candidatos aprovados no Teste de Conhecimentos Básicos do Estatuto da Criança e do Adolescente

d) Relação preliminar dos candidatos considerados habilitados, após a análise

e) Relação definitiva dos candidatos considerados habilitados, após o julgamento de eventuais impugnações;

g) Resultado preliminar do pleito, logo após o encerramento da apuração;

h) Resultado final do pleito, após o julgamento de eventuais impugnações; e

8. DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

a) Cópia de documento de identificação oficial com foto:

inscritos, em petição devidamente fundamentada:

8.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciarse-á pela inscrição preliminar para realização do Teste de Conhecimentos Básicos do Estatuto da Criança e do Adolescente por meio de requerimento impresso e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital;

8.2. A inscrição preliminar dos candidatos será efetuada pessoalmente na sede do Centro Interprofissional de Apoio a Infância e a Juventude CIAIJ de Corumbataí do Sul, sito à Rua Goitacases, nº170, das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:30 horas entre os dias 06 de abril a 20 de maio de 2015³;

8.3. No momento da inscrição preliminar o candidato deverá apresentar apenas os seguintes documentos:

8.4. Se aprovado no Teste de conhecimentos Básicos do Estatuto da Criança e ente, o candidato deverá realizar a inscrição definitiva pessoalm



no período entre 01 a 15 de julho de 2015, na sede do Centro Interprofissiona de Apoio a Infância e a Juventude - CIAIJ de Corumbatal do Sul, sito à Rua Goitacases,170, das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:30 horas, dias úteis apresentando obrigatoriamente e sob pena de indeferimento de sua candidatura, a documentação comprobatória no Item 3.1 deste Edital.

8.5. Eventuais entraves à inscrição de candidaturas ou à juntada de documentos devem ser imediatamente encaminhados ao CMDCA e ao Ministério Público:

8.6. As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.

8.7 A entrega de documentos de inscrições para registro de candidatura deverão ser protocoladas (em envelope lacrado) junto ao protocolo do Município de Corumbataí do Sul, sito a Rua Tocantins nº153, mediante requerimento direcionado a Comissão Eleitoral, com os documentos necessários, devendo os candidatos apresentar os demais documentos elencados no item 3.1 do presente edital sob pena de desclassificação.

9) DA APLICAÇÃO DO TESTE DE CONHECIMENTOS BÁSICOS DO ESTATUTO CA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

9.1) O teste será constituído de 50 (cinquenta questões) de múltipla escolha nas quais serão aferidos conhecimentos básicos do Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8.069 de 13 de junho de 1990, será considerado aprovado o candidato que atingir o mínimo de 50% de acertos.

9.2) O teste que demonstrará os conhecimentos básicos do candidato sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente será aplicado no dia 07 de junho de 2015, com início às 9:00 horas e término 13:00, na Secretaria de Ação Social, sito a Rua Caramuru nº,189 Centro em Corumbataí do Sul-

9.3) O candidato deverá comparecer ao local designado para realização do teste com antecedência mínima de meia hora do horário fixado para o



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE RUA CARAMURU - CENTRO - FONE/FAX (044) 3779:1460 CORUMATA DO SUL - PARANA

nido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, do

Comprovante de Inscrição e documento original de identificação com foto. 9.4) Não será permitida a entrada do candidato no local do teste sem o documento de identificação original e o Comprovante de Inscrição, bem como após o horário previamente estipulado, ficando os retardatários e os ausentes automaticamente desclassificados.

9.5) O teste será aplicado pela Comissão Especial e fiscalizado pelo

9.6) Não será permitida, durante a realização do teste, a comunicação entre os candidatos, bem como, a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações e/ou qualquer outro material de consulta, inclusive consulta a códigos e/ou a legislação. Não será permitida, também, a entrada de

9.7) É vedado o ingresso de pessoas estranhas no dia da aplicação do teste. 9.8) É facultado ao candidato, afastar-se da sala desde que seja por motivo

candidatos armas ou qualquer tipo de aparelhos eletrônico.

justificado e acompanhado do fiscal 9.9) O candidato somente poderá entregar os testes e retirar-se do local de realização das mesmas, após uma hora do início.

9.10) O não comparecimento para a realização de teste implicará na elimínação automática do candidato.

9,11) As respostas devem ser assinaladas com caneta esferográfica de tinta zul ou preta, e transcritas para o gabarito.

9.12) Terminado o tempo de realização do teste o gabarito e o caderno com as questões serão retirados sem protelação

9.13) Ao final do teste, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, a fim de assinar o lacre do envelope dos gabaritos juntamente com os

fiscais, sendo liberados quando todos concluírem o teste. 9.14) Questão não respondida, ou assinalada com mais de uma resposta, ou com rasura, ainda que legível, será considerada automaticamente nula.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIRETTOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Durante a realização do teste, não será permitido, sob ne excluído do processo eleitoral, o candidato que:

I - apresentar atitudes de desacato, desrespeito ou descortesia com quaisquer das pessoas da Comissão Eleitoral, seus auxiliares e autoridades

II - for surpreendido em flagrante comunicando-se com outro candidato ou pessoa estranha, através de gestos, verbalmente ou por escrito, bem como consultar livros ou apontamentos, ou qualquer outra fonte de pesquisa; III - afastar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais

9.16) O Gabarito de respostas juntamente com o caderno de questões será afixado na sede da Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul, Rua Tocantins

nº 153, Corumbatal do Sul- Pr, no dia 07/06/2015 às 15:00 horas. 9.17) A relação dos candidatos aprovados no teste de conhecimentos básicos do candidato sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente será publicada até

Eleitoral designada pelo CMDCA efetuará, no prazo de 05 (cinco) dias, a análise da documentação exigida neste Edital, com a subsequente publicação

encaminhadas ao Ministério Público para ciência, no prazo de 03 (três) dias,

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

13.3. As cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão do

Especial Eleitoral, adotando parâmetros símilares aos empregados pela Justiça

13.4. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes,

13.5. As mesas receptoras de votos deverão lavrar atas segundo modelo

fornecido pela Comissão Especial Eleitoral, nas quais serão registradas

eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de

13.6. Após a identificação, o eleitor assinará a lista de presença e procederá a

13.7. O eleitor que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital

13.9. No caso de votação manual, votos em mais de um candidato ou que

contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, conforme previsto no

13.8. O eleitor poderá votar em apenas um candidato:

13.10. Será também considerado inválido o voto:

c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;

d) que tiver o sigilo violado.

com idade mais elevada.

a) cujá cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;

b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;

13.11. Efetuada a apuração, serão considerados eleitos os 05 (cinco)

candidatos mais votados, ressalvada a ocorrência de alguma das vedações

egais acima referidas, sendo os demais candidatos considerados suplentes

13.12. Em caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato

codinomes, fotos e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar;

11. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS:

Eleitoral em sua confecção;



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

de 02 (dois) dias úteis contados da publicação da relação dos candidatos

serão notificados pessoalmente do teor da impugnação no prazo 02 (dois) dias, começando, a partir de então, a correr o prazo de 2 (dois) dias para apresentar

11.3. A Comissão Especial Eleitoral analisará o teor das impugnações e defesas apresentadas pelos candidatos, podendo solicitar a qualquer dos interessados a juntada de documentos e outras provas do alegado;

11.4. A Comissão Especial Eleitoral terá o prazo de 02 (dois) dias, contados do término do prazo para apresentação de defesa pelos candidatos impugnados, para decidir sobre a impugnação; 11.5. Concluída a análise das impugnações, a Comissão Especial Eleitoral fará

participarem do Processo de Escolha em data Unificada; 11.6. As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão fundamentadas, delas devendo ser dada ciência aos interessados, para fins de interposição dos

11.7. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à Plenária do CMDCA, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da publicação do edital referido no item anterior4; 11.8. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar a

relação definitiva dos candidatos habilitados ao pleito, com cópia ao Ministério

seja qual for o momento em que esta for descoborta, o candidato será excluído ⁴ A Comissão Especial deverá definir a forma de apresentação do recurso

14. DAS VEDAÇÕES AOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE

candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

acarretem vantagem indevida ao candidato, como a "boca de urna" e o transporte de eleitores, dentre outras previstas na Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), pois embora não caracterizem crime eleitoral, importam na violação do dever de idoneidade moral que se constitui num dos requisitos elementares 14.3. Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos

terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros 14.4. Caberá à Comissão Especial Eleitoral ou, após sua dissolução, à Plenária do CMDCA, decidir pela cassação do registro da candidatura ou diploma de

itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação,

15.1. Ao final de todo o Processo, a Comissão Especial Eleitoral encaminhará relatório ao CMDCA, que fará divulgar no Diário Oficial ou em meio



CRIANÇA E DO ADOLESCENTE RUA CARAMURU - CENTRO - FRANCIPIO VIO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA

do pleito, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

12. DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA ELEITORAL:

destinadas a assegurar a ampla participação popular no pleito

12.1. Cabe ao Poder Público, com a colaboração dos órgãos de imprensa locais, dar ampla divulgação ao Processo de Escolha desde o momento da publicação do presente Edital, incluindo informações quanto ao papel do

da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação;

12.2. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através

12.3. Os candidatos poderão dar início à campanha eleitoral após a publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados, prevista no item 10.8 deste

12.4. A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral e o Código de Posturas do Município, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos; 12.5. Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores,

por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos, desde que não ausem dano ou perturbem a ordem pública ou particular; 12.6. As instituições públicas ou particulares (escolas, Câmara de Vereadores, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a

concorrer ao cargo de membro do Conselheiro Tutelar: 12.7. Os debates deverão ter regulamento próprio, a ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e à Comissão Especial Eleitoral



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE RUA CARAMURU – CENTRO – FONUJFAX (044) 32777-1460

designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência; 12.8. Cabe à Comissão Especial Eleitoral supervisionar a realização dos debates, zelando para que sejam proporcionadas iguais oportunidades a todos

os candidatos nas suas exposições e respostas; 12.9. É vedada a propaganda, aínda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, camisas,

12.10. É dever do candidato portar-se com urbanidade durante a campanha eleitoral, sendo vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes: 12.11. Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em

qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de

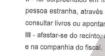
pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação

coletiva, com ou sem utilização de veículos; 12.12. A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura ou dip'oma de posse do candidato responsável, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

13. DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR: 13.1. A eleição para os membros do Conselho Tutelar do Município de

Corumbataí do Sul realizar-se-á no dia 04 de outubro de 2015, das 08h às 17h, conforme previsto no art. 139, da Lei nº 8.069/90 e Resolução nº 152/2012, do CONANDA;

13.2. A votação deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do



10. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA: 10.1. Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Especial

da relação dos candidatos inscritos; 10.2. A relação dos candidatos inscritos e a documentação respectiva serão



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

14.1. Conforme previsto no art. 139, §3º, da Lei nº 8.069/90, é vedado ao

14.2. É também vedada a prática de condutas abusivas ou desleais que

posse, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

15. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:

equivalente, o nome dos 05 (cinco) candidatos eleitos para o Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes, em ordem decrescente de votação.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE RUA CARAMURU - CENTRO - FONE/FAX (0+4) 3277-1460

16.1. A posse dos membros do Conselho Tutelar será concedida pelo Presidente do CMDCA local, no dia 10 de janeiro de 2016, conforme previsto

16.2. Além dos 05 (cinco) candidatos mais votados, também devem tomar posse, pelo menos, 05 (cinco) suplentes, também observada a ordem de votação, de modo a assegurar a continuidade no funcionamento do órgão, em caso de férias, licenças ou impedimentos dos titulares.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: 17.1. Cópias do presente Edital e demais atos da Comissão Especial Eleitoral

dele decorrentes serão publicadas, com destaque, nos órgãos oficiais de imprensa, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Centro Interprofissional de Apoio a Infância e Juventude, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal; 17.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral,

observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 38//2007; 17.3. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação

de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar; 16.4. É facultado aos candidatos, por si ou por meio de representantes

credenciados perante a Comissão Especial Eleitoral, acompanhar todo desenrolar do processo de escolha, incluindo as cerimônias de lacração de urnas, votação e apuração;

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RIJA CARAMURU – CENTRO – FONE/FAX (044) 3277-1960

4.1. Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, durante o horário previsto no art. 22 da Lei

Municipal nº 480/2009 para o funcionamento de órgão, aem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de

4.2. O valor do vencimento é de: R\$:942,34 (novecentos e quarenta e dois

4.3. Se eleito para integrar o Consolho Tutelar o servidor municipal, poderá

optar entre o valor da remuneração do cargo de Conselheiro ou o valor de seus

a) O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu

b) A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para

5.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges,

colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto no

art.140, da Lei nº 8.069/90 e art. 15, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA;

5.2. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e

que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros

lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação; o candidato

remanescente será reclassificado como seu suplente imediato, assumindo na

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RUA CARAMURU - CENTRO - FONE/FAX (044) 3277-1460

de Apoio a Infância e a Juventude - CIAIJ de Corumbatal do Sul, sito à Rua Goitacases,170, das 08:00 às 11:00 horas o das 13:00 às 16:30 horas, dias

úteis apresentando obrigatoriamente e sob pena de indeferimento de sua

8.5. Eventuais entraves à inscrição de candidaturas ou à juntada de

documentos devem ser imediatamente encaminhados ao CMDCA e ao

8.6. As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da

8.7 A entrega de documentos de inscrições para registro de candidatura

deverão ser protocoladas (em envelope lacrado) junto ao protocolo do Município de Corumbatal do Sul, eito a Rua Tocantins nº153, mediante

requerimento direcionado a Comissão Eleitoral, com os documentos necessários, devendo os candidatos apresentar os demais documentos

9) DA APLICAÇÃO DO TESTE DE CONHECIMENTOS BÁSICOS DO

9.1) O teste será constituído de 50 (cinquenta questões) de múltipla escolha

nas quais serão aferidos conhecimentos básicos do Estatuto da Criança e do

Adolescento Lei 8.069 de 13 de junho de 1990, será considerado aprovado o

sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente será aplicado no dia 07 de

junho de 2015, com início às 9:00 horas e término 13:00, na Secretaria de

Ação Social, sito a Rua Caramuru nº,189 Centro em Corumbataí do Sul-

9.3) O candidato deverá comparecer ao local designado para realização

do teste com antecedência mínima de meia hora do horário fixado para o

onstrará os conhecimentos básicos do candidato

elencados no item 3.1 do presente edital sob pena de desclassificação

ESTATUTO CA CRIANCA E DO ADOLESCENTE (ECA)

candidato que atingir o mínimo de 50% de acertos.

9.2) O teste que dem

candidatura, a documentação comprobatória no Item 3.1 deste Edital.

hipótese de vacância e desde que não exista impedimento;

no período entre 01 a 15 de julho de 2015, na sede do Cer

inscrição são de total responsabilidade do candidato.

eiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta

no ato da

3.2. O preenchimento dos requisitos legais deve ser demonstrado

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO:

outras diligência e tarefas inerentes ao órgão

vencimentos, ficando-lhe garantidos:

reais e trinta e quatro centar

promoção por merecime

Ministério Público;

5. DOS IMPEDIMENTOS:



05 (cinco) anos:

pena de perda do mandato;

categoria "B", ou firmar cor



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE RUA CARAMURU – CENTRO – FONE/FAX (044) 3277-1460

ELEIÇÕES UNIFICADAS PARA CONSELHO TUTELAR EDITAL Nº, 02/2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAI DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal 480/2009 torna público o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO para o Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutela para o quadriênio 2016/2019, aprovado pela RESOLUÇÃO Nº 001/2015, do CMDCA.

1 – DO PROCESSO DE ESCOLHA
1.1) O presente processo de Escolha em Data Unificada é disciplinado pela Lei 8.069/90 (ECA), Resolução nº 139/2010 alterada pela Resolução nº 170/2014 do Conanda e pela Leis Municipais N 480/2009 e 630/2012 e Resolução nº 01 de 2015 do CMDCA, sendo realizado sob a responsabilidade deste e fiscalização do Ministério Público.

1.2) Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do município de Corumbataí do Sul- Pr., no dia 04 de outubro de 2015, sendo que a posse dos

eleitos e seus respectivos suplentes ocorrerá em 10 de janeiro do 2016. 1.3) Como forma de dar início, regulamentar e dar ampla visibilidade ao cesso de Escolha em Data Unificada, para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2016/2019, torna público o presente Edital nos seguintes

2 DO CONSELHO TUTELAR

2.1 O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdiciona

CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

comunidade local para o mandato de 04 (quatro anos) permitida 01 (uma recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de esc

2.2 Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo do forma colegiada, o exercício das atribuições contidas nos art. 18-B, par. único¹, 90, §3º, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei nº 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pelas Leis Municipais n

2.3. O presente Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Corumbataí do Sul, Pr visa preencher as 05 (cinco) vagas ntes o colegiado, assim como para seus respectivos suplentes

2.4. Por força do disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR:

3.1. Por força do disposto no art. 133, da Lei nº 8.069/90, e do art. 18, da Lei Municipal nº 480/2009 os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

nima de 21 (vinte e um) anos;

II- Ter residência fixa e residir no Municipio há mais de 02 (dois) anos.

III- Possuir ensino médio comploto, antigo segundo grau;
IV- Possuir reconhecida idoneidade moral, apresentando 02 (duas) declarações feitas por autoridades municipais malores de 30 anos, que não ocupem cargos políticos, residam no município há mais de dois anos, atestando a sua boa

OBS. A eleição por meio do "chapas" acaba limitando as possibilidades de escolha do eleito: servindo assim de desestímulo à sua participação no pleito, razão pela qual deve ser evitada.

será considerado aprovado o candidato que atingir o mínimo de 50% de

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE RUA CARAMURU - CENTRO - FONE/FAX (044) 3277-1460

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RUA CARAMURU - CENTRO - FONE/FAX (044) 3277-1460

de Escolas, Padre, Delegado de Polícia, Comandante da Polícia Militar, Juiz de

V- Comprovar inexistência de antecedentes criminais através de certidão Cartório Distribuidor e do Cartório da Vara Criminal, de onde residiu nos últimos

VI- Demonstrar, por documentos idôneos, ter conhecimentos básicos em informática, suficientes para o exercício do cargo, ou firmar co

capacitar-se, tendo 120 dias como prazo a contar da data da assunção do

cargo para apresentar certificado de conclusão do curso de informática sob

VII- Possuir habilitação para direção de veículos automotores terrestres na

prazo a contar da data da assunção do cargo para apresentar a habilitação

podendo requerer antes do vencimento do prazo, a sua prorrogação por mais

habilitação junto ao DETRAN e através de Auto Escola, pelo menos 90

(noventa) dias antes do vencimento do prazo, juntamente com a justificativa da

Auto Escola da impossibilidade de conclusão no prazo, sob pena de perda do

VIII- Após o candidato ser eleito, para ser investido no cargo, deverá participar

de curso de capacitação, oferecido pelo Município, para atendimento das

crianças e adolescentes no exercício de suas funções e em observância ao

IX- Possuir conhecimentos básicos do Estatuto da Criança e do Adolescente; X-O candidato demonstrará que tem conhecimentos básicos do Estatuto da

Criança e o Adolescente através de aprovação em teste a ser aplicado pelo

CMDCA e fiscalizado pelo Promotor de Justiça da Comarca de Barbosa Ferraz, ou outra pessoa idônea por ele indicado. O teste será constituído de 50

(cinquenta) questões de múltipla escolha, nas quais serão aferidos

ecimentos básicos do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo que

Estatuto da Criança e Adolescente, sob pena de perder o mandato.

npromisso de capacitar-se, tendo 180 dias como

Estatuto da Criança e do Adolescente

d) Relação preliminar dos candidatos considerados habilitados, após a anális e) Relação definitiva dos candidatos considerados habilitados, após o

1

g) Resultado preliminar do pleito, logo após o encerramento da apuração h) Resultado final do pleito, após o julgamento de eventuais impugnações; e

8. DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

8.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição preliminar para realização do Teste de Conhecimentos Básicos do Estatuto da Criança e do Adolescente por meio de requerimento impresso e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital; 8.2. A inscrição preliminar dos candidatos será efetuada pessoalmente na

sede do Centro Interprofissional de Apoio a Infância e a Juventude CIAIJ de Corumbataí do Sul, sito à Rua Goitacases, nº170, das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:30 horas entre os dias 06 de abril a 20 de maio de 2015³; 8.3. No momento da inscrição preliminar o candidato deverá aprese

s seguintes documento a) Cópia de documento de identificação oficial com foto;

inscritos, em petição devidamente fundamentada;

para decidir sobre a impugnação;

recursos previstos neste Edital;

11.2. Findo o prazo mencionado no item supra, os candid

8.4. Se aprovado no Teste de conhecimentos Básicos do Estatuto da Criança e do Adolescente, o candidato deverá realizar a inscrição definitiva pessoa

s os prazos e datas devem ser adequados de acordo com realidade do m le prorrogação do Edital deverá ser republicado indicando novo calendárir eptame, exocto e dia 04 de outubro de 2015, data do Processo de Escolha Ur

11.1. Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação de candidato, no prazo

serão notificados pessoalmente do teor da impugnação no prazo 02 (dois) dias,

começando, a partir de então, a correr o prazo de 2 (dois) dias para apresentar

11.3. A Comissão Especial Eleitoral analisará o teor das impugnações e

defesas apresentadas pelos candidatos, podendo solicitar a qualquer dos interessados a juntada de documentos e outras provas do alegado;

11.4. A Comissão Especial Eleitoral terá o prazo de 02 (dois) dias, contados do

11.5. Concluída a análise das impugnações, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar edital contendo a relação proliminar dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada;

11.6. As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão fundamentadas, delas

11.7. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à Plenária

do CMDCA, no prezo de 05 (cinco) dias, contados da data da publicação do

11.8. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar a

11.9. Ocorrendo falsidade em qualquer informação ou documento apresentado

ao definitiva dos candidatos habilitados ao pleito, com cópia ao Ministério

teressados, para fins de interposição dos

no do prazo para apresentação de defesa pelos candidatos impugnados.

de 02 (dois) dias úteis contados da publicação da relação dos candida





do pleito, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

12. DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA ELEITORAL:

12.1. Cabe ao Poder Público, com a colaboração dos órgãos de imprensa locais, dar ampla divulgação ao Processo de Escolha desde o momento da publicação do presente Edital, incluindo informações quanto ao papel do Conselho Tutelar, dia, horário e locais de votação, dentre outras informações destinadas a assegurar a ampla participação popular no pleito;

12.2. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inscrções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação;

da relação definitiva dos candidatos habilitados, prevista no item 10.8 deste 12.4. A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por

12.3. Os candidatos poderão dar início à campanha eleitoral após a publicação

analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral e o Código de Posturas do Município, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos;

12.5. Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos, desde que não

m dano ou perturbem a ordem pública ou particular; 12.6. As instituições públicas ou particulares (escolas, Câmara de Vereadores rádio, igreias etc.) que tenham interesse em promover debates com os

candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a orrer ao cargo de membro do Conselheiro Tutelar;

12.7. Os debates deverão ter regulamento próprio, a ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e à Comissão Especial Eleitoral

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE RUA CARÁNURU - CENTRO - FONE/FAX (044) 3277-1460

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
17.1. COpias do presente Edital e demais atos da Comissão Especial Fleidele decorrentes serão publicados, com destacue, nos órgaos oficialismprense, no estito eletrônico da Ferdeliura Municipal ale Commenda do bem como afixadas no mural de Prefetiura Municipal de Camera Vereadores, na seade do Conselho Tulesta, da Conselho Municipal do Dida Criança e do Adolescente (CMDCA), Centro Interprofissional de Apulfaños de Juventude, no Centro de Referência de Assistancia Social (CR

no art. 139, §2°, da Loi nº 8.069/96; 16.2. Além deo 5 (cinco) candidatos mais votados, tembém posse, pelo menos, 05 (cinco) suplentes, também observade-votação, de mode a assegurar a continuidade no funcionamento caso de ferias, licenças ou impedimentos dos titulares.

Municipal nº 38//2007; 17.3. É de inteira responsabilidade dos candidates acom de todos os atos, editais e comunicados referentes ao prod data unificada dos membros do Conselho Tutelar;

data unificada dos membros de Concelho Tutelar.

16.4. É facultado, aos candidatos, por si ou por meio de credenciados purmos a Comissão, Especial Eleitoral, accidenteridado processo de escolha, incluindo as cerimônias umas, votação a sinúração.

16.5. Cada candidato poderá credenciar, até 48 (quarenta e c do pieito, 01 (um) representante por local de votação e 61 (um

o art. 139, §2°, da Lei nº 8.069/90

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

^a A Comissão Especial deverá definir a forma de apresentação do reci

14. DAS VEDAÇÕES AOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA:

14.1. Conforme previsto no art. 139, §3°, da Lei nº 8.069/90, è vedado ao

candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor b pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor:

14.2. É também vedada a prática de condutas abusivas ou de acarretem vantagem indevida ao candidato, como a "boca de urna" e o transporte de eleitores, dentre outras previstas na Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), pois embora não caracterizem crime eleitoral, importam na violação do dever de idoneidade moral que se constitui num dos requisitos elementares

das candidaturas: 14.3. Os candidatos que praticarem qualsquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, Inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuizo da apuração da responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros

que com eles colaborem; 14.4. Caberá à Comissão Especial Eleitoral ou, após sua dissolução, à Plenária do CMDCA, decidir pela cassação do registro da candidatura ou diploma de posse, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja

garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

5. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL: 15.1, Ao final de todo o Processo, a Comissão Especial Eleitoral encaminhará

elatório ao CMDCA, que fará divulgar no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos 05 (cinco) candidatos eleitos para o Conselho Tutelar seus respectivos suplentes, em ordem decrescente de votação

16. DA POSSE

inhe-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara

16.6. Os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral se encerram com o envio d relatório final contendo as intercerrências e o resultado da votação ao CMDCA

das normas previstas neste Edital implicará norocesso de escolha.

Corumbatai do Sul, 01 de abril de 2015. ineta Aparecida da Concelção Berto Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA, ESTADO DO PARANÁ PRAÇA HENRIQUE SZAFERMANN, 139 C.N.P.J - 78.196.755/0001-09

EVENT

ANEXO

Calendário Referente ao Edital Nº 002/2015 do CMDCA

ATA

0	D
o Especial	26 de Me

eliminar para realização do Teste do Estatuto da Adolescente.	06 de abril a 20 de 2015
visória dos candidatos inscritos para Teste ECA	22 de Maio de
Teste ECA	07 de junho de
lo resultado Teste ECA	09 de junho de
ecurso	09 e 12 de Junho
o de documentação referente aos requisitos do Edital 02/2015.	01 a 15 de Julho d
los Registros de Candidatura	17 de Julho de
pedido de impugnação de Candidatura	20 a 24 de Julho d
o de defesa do Candidato.	27 a 31 de Julho d

de 2015 de 2015 mento da Impugnação de Candidaturas. 03 a 08 de agosto ecursos 10 a 14 de agosto Divulgação Final Candidatos Classificados com Número

para cédula de votação Reunião com candidatos habilitados para divulgação das ações do Conselho Tutelar e firmar compromisso sobre as regras processo de escolha, os quais firmarão por escrito compromisso de respeitá-las sob pana de serem excludos 27 de agosto de 2015 do processo.

Campanha e Propaganda Eleitoral Setembro de 2015 04 de Outubro de 2015 1ª Eleição Nacional do Conselho Tutelar, das 08h00min as routinarão e Contagem dos Votos as 17h01min ugação oficial do resultado final da eleição. pacitação Obrigatória dos 10 Conselheiros Tutela

cacinação Chrigatoria dos 810 Conselheiros Tutelares tos (titulares e supientes). O Conselheiros Tutelares tos (titulares e supientes). O Conselheiros Tutelar eleito não participar do pelo menos 75% da capacitação, não erá assumir o mandato, passando automaticamente a vaga para o primeiro Conselheiro Tutelar Supiente, se dos Conselheiros Tutelares.

PRAÇA HENRIQUE SZAFERMANN, 139 C.N.P.J - 78.196.755/0001-09 CEP- 87.355-000, CENTRO - JURANDA-PR 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL PREGÃO PRESENCIAL:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 039/2015 DATA DA ASSINATURA DA ATA: 30/03/2015

46 20 cx Hastes Flexivel c/ 150 unid.

ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS À SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

tem	Qtde	Und	Descrição dos Produtos	Marca	VIr. Unit.	VIr Total
02	200	Cx	Luva de procedimento P, c/100 unid.	Supermax	26,50	5.300,00
04	30	Unid	Ponta diamantada 1011 * esterilizada com SO na embalagem	KG	8,30	249,00
05	60	Unid	Ponta diamantada 1012 esterilizada com ISO na embalagem	KG	8,30	498,00
06	60	Unid	Ponta diamantada 1013 esterilizada com ISO na embalagem	KG	8,30	498,00
07	60	Unid	Ponta diamantada 1014 esterilizada com ISO na embalagem	KG	8,30	498,00
08	10	Unid	Ponta diamantada 1)14 HL esterilizada com ISSO na embalagem	KG	8,30	83,00
13	10	Unid	Ponta diamantada 1017 esterelizada com ISO na embalagem	KG	8,30	83,00
43	200	Pct	Gaze 13 fios 7,5x7,5, c/500 unid	Erimar	25,50	5.100,00
44	40	Pct	Gorro c/ elástico, c/ 100 unidades	Ski	12,60	504,00
		-	Envelopes auto selantes para	Vedamax	43,00	1.720,00

tino "Derma Pluss" folha de alta Plus qualidade, com 100 1.138,00 Pct Sugador de saliva 40 un Verniz de fluoreto de Sódio a 5% 161,50 tipo duraphat, 10 ml Unid por 16mm e 0,3 por 21mm com 100 un Lâmina de bisturi nº12 c/ 100 BD 34,10 105 01 Cx unidades lâmina de bisturi nº11 c/ 100 BD 34.10 34,10 01 Cx 1.275,00 30 Unid 111 X 17 X 1,5 cm Chave para ponteira de ultra 94,52 113 02 Unid Unid Espátula p/ alginato cabo/ madeira 115 21.30 63.90 Insertos (pontas) nºP 3D-S Schuste 120,51 361,53 som Je Laxis Schuster

20 Unid Anestésico tópicospray, 50 ml 102,90 2.058.00 TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 22.991,45

CEP- 87.355-000, CENTRO - JURANDA-PR 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

PREGÃO PRESENCIAL: N° 001/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 040/2015 DATA DA ASSINATURA DA ATA: 30/03/2015 OBJETO: FORNECIMENTO DE DIVERSOS FRODUTOS, MATERIAIS E MEDICAMENTOS

ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS À SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE JURANDAPR.

	Qtde	Und	Descrição dos Produtes	Marca	Vlr. Unit.	Vir Total
03	200	Cx	Luva de procedimento PP, c/100 unid.	Supermax	26,30	5.260,00
09	60	Unid	Ponta diamantada 1015 esterilizada com BO na embalagem	KG	8,20	492,00
10	10	Unid	Ponta diamantada 1)15 HL esterelizada com SO na embalagem	KG	8,20	82,00
12	10	Unid	Ponta diamantada 1)16 HL esterelizada com ISO na embalagem	KG	8,20	82,00
15	10	Unid	Ponta diamantada 1019 esterelizada com ISO na embalagem	KG	8,20	82,00
16	15	Unid	Ponta diamantada 1031 esterelizada com ISO na embalagem	KG	8,20	123,00
17	15	Unid	Ponta diamantada 1032 esterelizada c/ ISO na embalagem	KG	8,20	123,00
18	20	Unid	Ponta diamantada 1046 esterelizada com ISO na embalagem	KG	8,20	164,00

encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE RUA CARAMURU - CENTRO - FONE/FAX (044) 3277-1460

- judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca;
- 5.4. É também impedido de se inscrever no Processo de Escolha unificado d membro do Conselho Tutelar que:

 a) Tiver sido empossado para o segundo mandato consecutivo até o día 10 de
- b) Tiver exercido o mandato, em regime de prorrogação, por período
- ininterrupto superior a 04 (quatro) anos e meio.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL:

6.2. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

- 6.1. O Conselho Municipal dos Diroitos da Criança o do Adolescente instituiu através do Edital 001/2015 uma Comissão Especial de composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil, para a organização e condução do presente Processo de Escolha;
- a) Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à
- b) Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante; c) Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para
- apresentação de defesa. d) Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras
- nião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE RUA CARAMURU - CENTRO - FONE/FAX (044) 3277-1460

seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, do

9.4) Não será permitida a entrada do candidato no local do teste sem o documento de identificação original e o Comprovante de Inscrição, bem

como após o horário previamente estipulado, ficando os retardatários e os

9.5) O teste será aplicado pela Comissão Especial e fiscalizado pelo

9.6) Não será permitida, durante a realização do teste, a comunicação entre os

candidatos, bem como, a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares

livros, anotações e/ou qualquor outro material de consulta, inclusive consulta a códigos e/ou a legislação. Não será permitida, também, a entrada de

9.7) É vedado o ingresso de pessoas estranhas no dia da aplicação do teste

9.8) É facultado ao candidato, afastar-se da sala desde que seja por motivo

9.9) O candidato somente poderá entregar os testes e retirar-se do local de

9.10) O não comparecimento para a realização de teste implicará na

9.11) As respostas devem ser assinaladas com caneta esferográfica de tinta

9.12) Terminado o tempo de realização do teste o gabarito e o caderno com as

9.13) Ao final do teste, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, a fim de assinar o lacre do envelope dos gabaritos juntamente com os

9.14) Questão não respondida, ou assinalada com mais de uma resposta, ou

12.8. Cabe à Comissão Especial Eleitoral supervisionar a realização dos

debates, zelando para que sejam proporcionadas iguais oportunidades a todos

12.9. É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por moio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, camisas,

eleitoral, sendo vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova

12.11. Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em

qualquer local público ou aborto ao público, sendo que a aglomeração de

pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação

12.12. A violação das regras de campanha importará na cassação do registro

da candidatura ou diploma de posse do candidato responsável, após a

instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao

13.1. A eleição para os membros do Conselho Tutelar do Município de

17h, conforme previsto no art. 139, da Lei nº 8.069/90 e Resolução nº

13.2. A votação deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas cedidas

pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis

expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do

lizar-se-á no dia 04 de outubro de 2015, das 08h às

com rasura, ainda que legível, será considerada automaticamente nula.

Comprovante de Inscrição e documento original de identificação com foto.

ausentes automaticamente desclassificados.

candidatos armas ou qualquer tipo de aparelhos eletrônico.

lização das mesmas, após uma hora do início.

stificado e acompanhado do fiscal.

eliminação automática do candidato.

azul ou preta, e transcritas para o gabarito.

stões serão retirados sem protelação.

com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedênc

os candidatos nas suas exposições e respostas:

bonés e outros meios não previstos neste Edital;

12.10. É dever do candidato portar-se com urb

coletiva, com ou sem utilização de veículos;

152/2012, do CONANDA;

Estado do Paraná;

candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa

13. DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR:

scais, sendo liberados quando todos concluírem o teste

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE RUA CARAMURU - CENTRO - FONE/FAX (044) 3277-1460

compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da candidatura, sem prejuízo da imposição das sanções provistas na legislaç local:

f) Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam lação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

g) Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

h) Escolher e divulgar os locais de votação e apuração de votos. i) Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação, j) Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de odas as etapas do certame, dias e locais de reunião e décisões tomadas pelo

k) Divulgar amplamente ο pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do der Executivo local, estin ulando ao máximo a participação dos eleito

6.3. Das decisões da Comissão Especial Eleitora/ caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade

7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:

7.1. O Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar observará o calendário anexo ao presente Edital;

7.2. O Conselho Municipal dos Direítos da Criança e do Adolescente, no uso de cuas atribuições, fará publicar editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente para cada uma das fases do processo de escolha de membros do onselho Tutelar, dispondo sobre:

a) Inscrições e entrega de documentos; b) Relação de candidatos inscritos para o Teste de Conhecimentos Básicos do

Estatuto da Criança e do Adolescente



9.15) Durante a realização do teste, não será permitido, sob pena de ser excluído do processo eleitoral, o candidato que:

I - apresentar atitudes de desacato, desrespeito ou descortesia com quaisquer das pessoas da Comissão Elcitoral, seus auxiliares e autoridades

II - for surpreendido em flagrante comunicando-se com outro candidato ou pessoa estranha, através de gestos, verbalmente ou por escrito, bem como consultar livros ou apontamentos, ou qualquer outra fonto de pesquisa; III - afastar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais

9.16) O Gabarito de respostas juntamente com o caderno de questões será afixado na sede da Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul, Rua Tocantins nº 153, Corumbataí do Sul- Pr, no dia 07/06/2015 às 15:00 horas.

do candidato sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente será publicada até o dia 09/6/2015.

10. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

10.1. Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Especial Eleitoral designada pelo CMDCA efetuará, no prazo de 05 (cinco) dias, a nentação exigida neste Edital, com a subsequente publicação da relação dos candidatos inscritos:

caminhadas ao Ministério Público para ciência, no prazo de 03 (três) dias. após a publicação referida no item anterior

11. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS:

9.17) A relação dos candidatos aprovados no teste de conhecimentos básicos

e na companhia do fiscal

10.2. A relação dos candidatos inscritos e a documentação respectiva serão

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE RUA CARAMURU – CENTRO – FONE/FAX (044) 3227-1460

13.3. As cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão do Especial Eleitoral, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção:

13.4. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes codinomes, fotos e número dos candidatos a membro do Conselho 13.5. As mesas receptoras de votos deverão lavrar atas segundo modelo fornecido pela Comissão Especial Fleitoral, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de

eleitores votantes em cada uma das urnas: 13.6. Após a identificação, o eleitor assinará a lista de presença e procederá a

13.7. O eleitor que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital 13.8. O eleitor poderá votar em apenas um candidat

13.9. No caso de votação manual, votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, conforme previsto no

egulamento da eleição; 13.10. Será também considerado inválido o voto: a) cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado:

b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação; d) que tiver o sigilo violado. Efetuada a apuração, serão considerados eleitos os 05 (cinco)

candidatos mais votados, ressalvada a ocorrência de alguma das vedações legais acima referidas, sendo os demais candidatos considerados suplentes 13.12. Em caso de empate na votação, será considerado eleito o candidate

com idade mais elevada. PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA, ESTADO DO PARANÁ

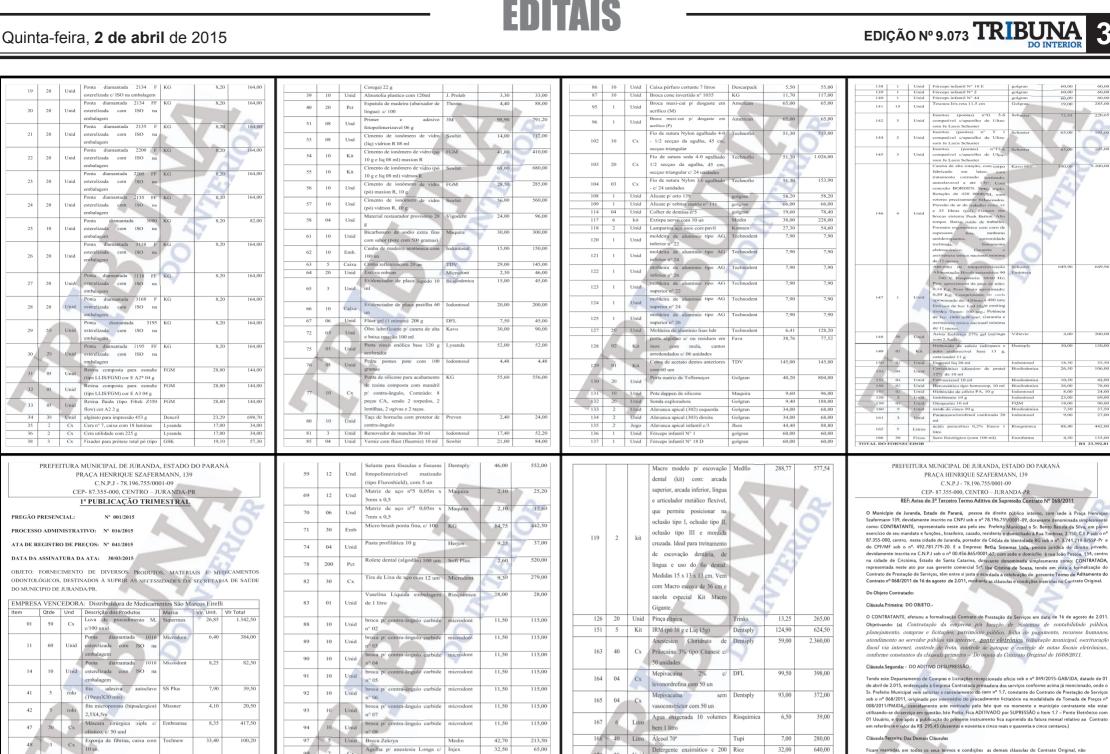
N° 001/2015

DO M

RE	SA VE	NCEDO	DRA: MOCA COMÉRCIO DE N	иEDICAM	ENTOS LTI)A
	Qtde	Und	Descrição dos Produtos	Marca	VIr. Unit.	VIr Total
2	200	Cx	Luva de procedimento P, c/100 unid.	Supermax	26,50	5.300,00
4	30	Unid	Ponta diamantada 1011 * esterilizada com SO na embalagem	KG	8,30	249,00
15	60	Unid	Ponta diamantada 1012 esterilizada com ISO na embalagem	KG	8,30	498,00
16	60	Unid	Ponta diamantada 1013 esterilizada com ISO na embalagem	KG	8,30	498,00
7	60	Unid	Ponta diamantada 1014 esterilizada com ISO na embalagem	KG	8,30	498,00
8	10	Unid	Ponta diamantada 1)14 HL esterilizada com ISSO na embalagem	KG	8,30	83,00
3	10	Unid	Ponta diamantada 1017 esterelizada com ISO na embalagem	KG	8,30	83,00
3	200	Pct	Gaze 13 fios 7,5x7,5, c/500 unid	Erimar	25,50	5.100,00
4	40	Pet	Gorro c/ elástico, c/ 100 unidades	Ski	12,60	504,00
-	40	Cu	Envelopes auto selantes para	Vedamax	43,00	1.720,00

Jhonson

3,22



primer 6,5ml MUNICÍPIO DE PITANGA

reforçada com cimento de ionômero de vidro

12,00

155.40

OBJETO: Escolha da Proposta mais vantajosa para Contratação de Empresa para execução de obra de instalação de sanitárias no Parque de Centro de Eventos do Lago, em capacidado de contra de Eventos de Centro de Eventos de Eventos de Centro de Eventos de Centro de Eventos de Centro de Eventos de Eventos de Centro de Eventos de Centro de Eventos de Eventos de Centro de Eventos de Centro de Eventos de Centro de Eventos de conformidade com projetos, orçamentos, cronograma fisico-financeiro e memorial descritivo, que compõem o projeto básico do processo licitatório em epigrafe. VALOR: 188.935,11 (Cento e Sessenta e Olto Mil, Novecentos e Tinta e Cinco Reals e Onze

 DOTAÇÕES
 Funcional programática
 Fonte de recurso
 Natureza da despesa

 3400
 13.002.15.451.1301.01077
 0
 #4.590.51.00.00

Rolo Fio dental 500m

FORO: COMARCA DE PITANGA - PARANÁ MUNICÍPIO DE PITANGA

CENTRO ASMINISTRATIVO 28 DE AMERIO. 1911. - FONE (42) 3646-1122 - FAX 3646-1122

CARA POSTAL 11 - CER BUSCOO - P I I T A N G A - PARAMA

CONVÉNIO N° 23/2015-PMF
CONVÉNIO N° 23/2015-PMF
CONCEDENTE — MUNICIPIO DE PITANGA, inscrito no CNPJ N° 76.172.907.0001.08, com sede no Centro Administrativo 28 de Janeiro, 171, na cidade de Pitanga — PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Altair José Zampier, inscrito no CPF n° 33/3.016.09-00, RG n° 3.081.112-7-SSPPR.
TOMADOR — ASSCILACE DE RECUPERAÇÃO DO ALCOOLATRA — ARA, TOMADOR — ASSCILACE N° 3.010-01-38, neste ato representada pelo seu Presidente Sembor Julia Carlos Eleacoski, portudor do RG n° 3463349-5 SSP-PR, insertio no CPF OSDETOR. O presente Convênio tem por obieto o consensor a namena.

577.810.109-06.
OBJETOR: O presente Coavênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas para manutenção da Associação de Recuperação do Afecolatra ARA, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado.
VALOR: O valor do presente convénio é de R\$ 6.000,00, (seis mil reais), que o CONCEDENTE repassará ao TOMADOR, em 08 (oito) parcelas mensais, sendo a primeira parcela no valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), e as demais parcelas messais no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais). primeira parcela no valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), e as demais parcelas mensinis no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

DOTACÃO ORCAMENTARIA:

Orgão Unidade Fuccional Natureza Despesa Recurso

11 004 08.244.110.10.2063 3.3.50.43.00.00 000 3050

VIGÊNCIA: 01 de abril a 31 de dezembro de 2015

FORO: Comarca de Pitanga

DATA DA ASSINATURA: 01 de abril de 2015



116

agulha tipo BD

112 20 Unid Cabo de espelhe

100 Unid

Espelho plano nº5

PREFEITURA MUNICIPAL



31.20

0,8

4,40

936.00

83,00

440,00

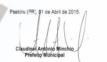
DECRETO MUNICIPAL Nº 020/2015

DECLARA PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDINEI ANTÔNIO MINCHIO, Prefeito do Município de las atribuções legais, e considerando o Feriado Nacional no Dia 03

Parágrafo único. Com exceção dos serviços essenciais, que

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação





1 litro 172 50 Galão Água destilada com 5 litros

171 12 Litro

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

O Municipio de Boa Ventura de São Roque, ora denomina Licitador, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, cujo objeto assim se resume:

TIPO DE LICITAÇÃO: O menor preço por lote.

Entrega das propostas e documentações: dia 15 de ABRIL de 2015 às 10h00min (horário de Brasilia).

ENDEREÇO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – Rua Moises Miranda, 422 – Centro – Boa Ventura de São Roque – PR.

INFORMAÇÕES: O Edital e elementos para licitação estarão disponíveis para consulta no site http://www.boaventurs.pr.gov.br e aquisição a partir do dia 07 de Abril de 2015. As interessadas em participar do certame deverão se Cadastrar no Sistema da Prefeitura fazendo a solicitação em horário normal de expediente na sede do Municipio junto à comissão de licitação ou pelo Telefone (42)3652-1020 – Ramal 25.

Boa Ventura de São Roque, 1 de Abril de 2015.



Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato Original, não alterados por este Termo.

68,40

625,00

12,50

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS DE GLP BOTIJÃO 13 KG, a pedido das Secretarias deste Município.

TIPO DE LICITAÇÃO: O menor preço por item.

Entrega das propostas e documentações: dia 16 de ABRIL de 2015 às 10h00min (horário de Brasilia).

ENDEREÇO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Boa Vantura de São Roque – Rua Moises Miranda, 422 – Centro – Boa Ventura de São Roque – PR.

INFORMAÇÕES: O Edital e elementos para licitação estarão disponíveis para consulta no site http://www.boaventura.pr.gov.br e aquisição a partir do dia 08 de Abril de 2015. As interessadas em participar do certame deverão se Cadastrar no Sistema da Prefeitura fazendo a solicitação em horário normal de expediente na sede do Municipio junto à comissão de licitação ou pelo Telefone (42)3652-1020 – Ramal 25.

Boa Ventura de São Roque, 01 de Abril de 2015.



AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 03/2015 - PMBVSR.

O Município de Boa Ventura de São Roque, ora denomina Licitador, torna público que fará realizar no dia 22 de Abril de 2015 às 10h00min, na sede da Prefeitura Municípal em Boa Ventura de São Roque — Paraná, Brasil. Licitação na modalidade Tomada de Preço, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE 02 (DUAS) SALAS EM PRÉ-MOLDADO, na Escola Municipal do Campo Santo Agostinho, Comunidade Cachoeirinha, a pedido da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte deste Municipi

Tipo de licitação: O menor preço. Empreitada: Global

O Edital e elementos para licitação estarão disponíveis para consulta O Edital e elementos para licitação estarão disponíveis para consulta no site http://www.boaventura.pr.gov.br e aquisição a partir do dia 07 de Abril de 2015. As interessadas em participar do certame deverão se Cadastrar no Sistema da Prefeitura fazendo a solicitação em horário normal de expediente na sede do Município junto à comissão de licitação ou pelo Telefone (42)3652-1020 – Ramal 25.

Boa Ventura de São Roque, 01 de Abril de 2015.

MARLENE PEREIRA DOS SANTOS Presidente da Comissão de Licitação Portaria 003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL **ENGENHEIRO BELTRÃO - PARANÁ**



SÚMULA: Designa a servidora Verônica Santiago de Mendonça Tibério para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Saúde

O Secretario Municipal de Fazenda e Finanças de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, RESOLVE: Art. 1º Fica designada a Servidora Verônica Santiago de Mendonça Tibério, Cédula de Identidade RG nº 7.762.785-5-SSP/PR., para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o período de 26 de marco à 14 de abril

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Sidnei Polato, 30 de Março de 2015.



CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA

PORTARIA Nº 25/2015

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, CONFERIDAS PELO ARTIGO 40 DO REGIMENTO INTERNO,

Art. 1º Conceder férias regulamentares à servidora Francielle Mendes Gonçalves, coupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, contadas de 06 de abril de 2015 a 25 de abril de 2015, referente aos períodos aquisitivos de 01 de novembro de 2011 a 31 de outubro de 2012 e de 01 de novembro de 2014 a 31 de outubro de 2012 e de 01 de novembro de 2014 a 31 de outubro de 2013, conforme requerimento nº 10/2015, protocolado sob nº 188/2015 e deferido em 01 de abril de

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pitanga, 01 de Abril de 2015 Fabricio Duarte Holovka

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ CNPJ. 75.741.355 /0001-30 - ESTADO DO PARANÁ AV. CURITBA. SQL CENTRO. 8000-000 - F. (43) -477-1122/34774131 FAX. (43) -447-1053 E-4AU. isolação penyiligrajino como l'

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2015

O Senhor FÁBIO HIDEK MIURA, Prefeito Municipal de São João do Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, especialmente a Lei nº 800c/93 e Lei nº 10.20/20/02, com as respectivas alterações e considerando a Adjudicação exarada pela Pregoeira, bem como recomendação para Homologação expedida pela Rásessoria Jurídica.

RESOLVE:

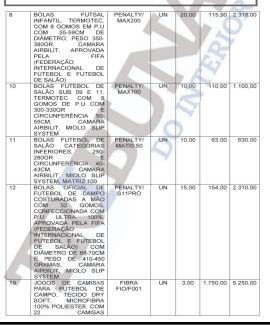
Cumpridas as formalidades legais, HOMOLOGAR o presente Processo de Licitação, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL — REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2015, tendo como applio a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, BEN COMO MEDALHAS E TROFEUS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPIAL DE ESPORTES DO MUNICIPIO DE SÃO JORO DO IVAI, PARA O PERIODO DE 12 (DOZE) MESES. Empretada por MENOR PREÇO/POR ITEM, conforme quadro abaixo.

Fornecedor: COMERCIAL MS LICITA LTDA - ME CNPJ: 12.501.677/0001-92

Valor Total do Fornecedor: R\$ 23.443,00 (vinte e três mil, quatrocentos e quarenta e três reais)

Ordem	Descrição	Marca	UN	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
2	APITOS PLÁSTICOS ABS 100% COM CORDÃO DE POLIPROPILENO E MOSQUETÃO DE LATÃO E EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	FOX/40 PEARL	UN	10,00	14,20	142,00
7	BOLA DE BORRACHA, INICIAÇÃO Nº 14, REVESTIMENTO EM BORRACHA, CÂMARA AIRBILT, PESO ENTRE 1803 È 200G, MIOLO DO BICOREMOVÍVEL, CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 48CM E 50CM COM TEXTURA.	PENALTY/ T14	UN	50,00	31,50	1.575,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ CNPJ. 75.741.355 /0001-30 - ESTADO DO PARANÁ AV. CURITBA. 50. CENTRO. 60030-000 - F. (43) 3477-1120/3477-1131 FAX. (43) 3477-1635 E-MAIL. Elização princinga/paro com Dir



	INUMERADAS PADRONIZADAS, INCLUINDO DUAS DE GOLEIRO COM A LOGO DO MUNICIPIO, 22 CALÇÕES 100% POLIESTER S SILKADOS S SILKADOS S COMPRESSÃO DA MEIA SE DA DE FORMA INUFORME. OS RISCOS DE LESÃO DE LESÃO DE				LER.	5
20	FADIGA MUSCULAR JOGOS DE CAMISAS PARA FUTEBOL DE CAMPO, TECIDO DRY SOFT, MICROFIBRA 100% POLIESTER, COM 12 NUMERADAS PADRONIZADAS INUMERADAS PADRONIZADAS INUMERADAS INUMERADAS INUMERADAS SILKADOS, 12 MEIOS COM TECNOL OGIA HIGO COM FROM SOME SOME SOME SOME SOME SOME SOME SO	FIBRA FIO/F002	UN	3,00	977,00	2.931,00
25	BOMBA DE INFLAR AR, PARA ENCHER BOLAS, DUPLA AÇÃO, 100% POLIPROPILENO C/ 2 BICOS METAIS SUBSTITUIVEIS	ZONA LIVRE/ DUPLA AÇÃO	UN	5,00	27,40	137,00
27	COLETES PARA TREINAMENTO COM LOGO DO MUNICÍPIO, 100% POLIESTER	FIBRA FIO/ C001	UN	50,00	13,90	695,00
33	Troféu com altura de 170	VITÓRIA/100	UN	5,00	534,00	2.670,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVA CNPJ, 75,741,355 /0001-30 - ESTADO DO PARANÁ AV. CURITIBA, 080, CENTRO, 08090-000 - F. (43) 3477-11227477-1131 VITCRIA/ 100102-AZE

R\$ 23.443,00 (vinte e três reals)

Estando o referido processo licitatório em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, publicada no DOU. de 18/07/2002, Lei nº 8.666/93, de 21 de junho o 1993, com alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, São João do Ivaí, 01 de abril de 2015

FÁBIO HIDEK MIURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANTU
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ n° 77.845.394/0001-03
Rua Bahia, 85 - CEP 87.330-000
##ATO AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO n° 0302015
PREGÃO, na forma Presencial n° 015/2015 – PMNC
##TEX OBJETO: Aquisição de Equipamento para o Hospital
Municipal (Convênio/Recursos HOSPSUS), conforme especificações em edital.
ABERTURA: À partir das 09:00 Horas do DIA 15 de Abril de 2.015, na sala de reuniões do Paço Municipal, em Nova Cantu, Paraná.
A Pasta com inteiro teor do Edital, anexos e informações poderão ser solicitados na PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANTU – PARANÁ, junto a Divisão de Licitação, no horário das 9:00 às 11:00
Hs e das 14:00 às 17:00 Hs. Telefone/Fax; (44) 35271363 – 3527-1281 – pmneantu@ig.com.br.
AIRTON ANTONIO AGNOLIN
AIRTON ANTONIO AGNOLIN





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ CNPJ. 75.741.355 /0001-30 - ESTADO DO PARANÁ AV. CURITAS. 563, CENTRO. 89890-007 - (43) 3477-1122/3477-1131 FAIX: (43) 3477-1153 E-MAIL isidação pmisj@yahoo.com.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS № 13/2015

O Senhor FÁBIO HIDEK MIURA, Prefeito Municipal de São João do Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas átribuições legais que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8666/93 e Lei nº 10.520/2002, com as respectivas alterações e considerando a Adjudicação exarada pela Pregoeira, bem como recomendação para Homologação expedida pela Assessoria Jurídica.

RESOLVE:

RESOLVE:

Cumpridas as formalidades legais, HOMOLOGAR o presente Processo de Licitação, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL — REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2015, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, BEM COMO MEDALHAS E TROFÉUS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAI, PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. Empreitada por MENOR PREÇO/POR ITEM, conforme quadro abaixo:

Fornecedor: A. C. DOS SANTOS - MATERIAL ESPORTIVO E ORTOPEDICO - ME CNPJ: 18.568.127/0001-77

Valor Total do Fornecedor: R\$ 29.709,00 (vinte e nove mil, setecentos e nove reais)

Ordem	Descrição	Marca	UN	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	CONES DEMARCATORIOS EM PVC TAM. 23CM COR BRANCA E LARANJA	ZONA LIVRE	UN	30,00	7,50	225,00
3	COLCHONETES PARA GINÁSTICA, COM DIMENSÓES DE 1,00X0,60X3CM, REVESTIDO EM NAPA SICAP E MATERIAL INTERNO DE ESPUMA COM PESO APROXIMADO DE 1,30KG.	ORTOBOM	UN	100,00	37,50	3.750,00
5	BOLA DE BORRACHA, INICIAÇÃO Nº 10, REVESTIMENTO EXTERNO EM	PENALTY	UN	50,00	24,00	1.200,00



AIRBILIT, PESO ENTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ CNPJ. **75.741.355 /0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**AV. CURITIBA, 563, CENTRO, 86930-000 - F: (43) 3477-1122/3477-1131
FAX: (43) 3477-1653 E-MAIL: licitação.pmsji@yahoo.com.br

	180G E 200G, MIOLO DO BICO REMOVÍVEL, CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 48CM E 50CM COM TEXTURA.			n	S	>
9	BOLAS DE FUTEBOL DE SALÃO ADULTAS, SUB 20, TERMOTEC, COM 8 GOMOS EM P.U COM 400-440 GR E CIRCUNFERÊNCIA 61-64 CM, CAMARA AIRBILIT, MIOLO SLIP SYSTEM, MAX 1000	PENALTY	ÜN	30,00	167,00	5.010,00
16	BOLAS OFICIAL DE VÓLEI EM COURO 6.0, MATRIZADA COM 18 GOMOS CONFECCIONADA EM P.U DIÁMETRO DE 65-67, 260-280GR, CAMARA AIRBILIT MIOLO REMOVÍVEL LUBRIFICADO, APROVADO PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL	PENALTY	UN	20,00	194,50	3.890,00
21	REDES DE FUTEBOL SUIÇO MODELO TRADICIONAL, FIO 4MM, 100% POLIPROPILENO	DUNK	UN	4,00	267,00	1.068,00
22	REDES DE FUTEBOL DE CAMPO, MODELO TRADICIONAL, FIO 4MM, 100% POLIPROPILENO	DUNK	UN	4,00	327,00	1.308,00
24	REDES DE VOLEIBOL, 4 FAIXAS, 100% ALGODÃO, FIO 2MM, 100% POLIETILENO, MODELO OFICIAL MALHA 10/10	DUNK	UN	4,00	146,00	584,00
28	- BOCHA SINTÉTICA DE ALTA RESISTÊNCIA COM POLIMENTO EXTRA. - MEDIDAS 130MM APROXIMADO 1900 - PESO CADA BOLA APROXIMADO 1900 GRAMAS + EMBALAGEM. REGRAS RAFA.	PLATILUC	UN	5,00	820,00	4.100,00



	- 8 BOLAS + 1 BOLIN.			77	1	3
29	- JOGO DE MALHA OFICIAL - MATERIAL EM AÇO ESPECIAL SUECO TEMPERADO - DIÂMETRO 110MM - PESO 750GRAMAS - 4 MALHAS EM AÇO COR: AÇO TEMPERADO	RS	UN	5,00	850,00	4.250,00
36	Medalha redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 80 mm e centro com inscrição "honra ao mérito" em baixo relevo com 50 mm de diâmetro. Com desenho interno polido e com frisos raiados. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. No verso da medalha espaço liso para colocação de adesivo com 50 mm de diâmetro. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde amarela com 2,5 cm de largura ou de largura ou verde com 2,5 cm de largura ou com se com se com	VITORIA	UN	100,00	7,95	795,0C
37	Medalha retangular fundida em liga metálica de zamak, dom o tamanho de 60 mm por 30 mm e centro liso com 35 mm de diâmetro. Com bordas raiadas e polidas com a figura de dois ramos e uma tocha olimpica em alto relevo. Espessura de 3 mm. Metalizada na cor bronze. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, branca ou	VITORIA	UN	100,00	6,19	619,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ

CNPJ. 75.741.355 /0001-30 - ESTADO DO PARANÁ AV. CURITIBA, 563, CENTRO, 86930-000 - F: (43) 3477-1122/3477-1131 FAX: (43) 3477-1653 E-MAIL: licitação.pmsj@yahoo.com.br

				. //	10	M. Boost
	verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul- branco-vermelha ou verde- amarela com 2,5 cm de largura			7	15	5
38	Troféu com 92 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta. Três colunas em canos na cor vermelha fosca com suportes metalizados na cor dourada. Uma base de madeira com um suporte metalizado na cor dourada. Taça fechada na cor vermelha fosca com tampa metalizada na cor dourada, com 26,3 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável, Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada.	VITORIA	UN	5,00	214,00	1.070,00
39	Troféu com 86 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polimero na cor preta. Três colunas em canos na cor dourada fosca com suportes metalizados na cor dourada. Uma base de madeira com um suporte metalizado na cor dourada. Taça fechada na cor dourada fosca com tampa metalizada na cor dourada, com 26,3 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada.	VITORIA	UN	5,00	194,00	970,00
40	Troféu com 80 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta. Três colunas em canos na cor	VITORIA	UN	5,00	174,00	870,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ CNPJ. 75.741.355 /0001-30 - ESTADO DO PARANÁ

AV. CURITIBA, 563, CENTRO, 86930-000 - F: (43) 3477-1122/3477-1131 FAX: (43) 3477-1653 E-MAIL: licitação.pmsji@yahco.com.br

fosca com vermelha suportes metalizados na cor dourada. Uma base de madeira com um suporte metalizado na cor dourada. Taça fechada na cor vermelha fosca com tampa metalizada na cor dourada. com 26.3 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada

Valor Total Homologado - R\$ 29.709,00 (vinte e nove mil, setecentos e nove reais)

Estando o referido processo licitatório em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, publicada no DOU. de 18/07/2002, Lei nº 8.666/93, de 21 de junho e 1993, com alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994,

Dê-se a publicidade ao ato, na forma da Lei.

São João do Ivaí, 01 de abril de 2015.

FÁBIO HIDEK MIURA Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ CNPJ, 75,741.355 /0001-30 - ESTADO DO PARANÁ AV. CURITIBA, 563, CENTRO, 86930-000 - F: (43) 3477-1122/3477-1131 FAX: (43) 3477-1453 E-MAIL: licitação prinsi@yahoo.com.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2015

O Senhor FÁBIO HIDEK MIURA, Prefeito Municipal de São João do Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8666/93 e Lei nº 10.520/2002, com as respectivas alterações e considerando a Adjudicação exarada pela Pregoeira, bem como recomendação para Homologação expedida pela Assessoria Jurídica.

RESOLVE:

Cumpridas as formalidades legais, HOMOLOGAR o presente Processo de Licitação, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL — REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2015, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, BEM COMO MEDALHAS E TROFÉUS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAI, PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. Empreitada por MENOR PREÇO/POR ITEM, conforme quadro abaixo:

Fornecedor: SENA & LIMA LTDA - ME CNPJ: 17.507.751/0001-00

Valor Total do Fornecedor: R\$ 17.209,50 (dezessete mil, duzentos e nove reais e

Ordem	Descrição	Marca	UN	Quant.	Unit.	Total
4	BOLA DE BORRACHA, INICIAÇÃO Nº 08, REVESTIMENTO EXTERNO EM BORRACHA, CÂMARA AIRBILIT, PESO ENTRE 180G E 200G, MIOLO DO BICO REMOVÍVEL, CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 48CM E 50CM COM TEXTURA.	PENALTY	UN	50,00	19,80	990,00
6	BOLA DE BORRACHA, INICIAÇÃO Nº 12, REVESTIMENTO EXTERNO EM BORRACHA, CÂMARA AIRBILIT, PESO ENTRE 180G E 200G, MIOLO DO BICO REMOVÍVEL, CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 48CM E 50CM COM TEXTURA.	PENALTY	UN	50,00	26,00	1.300,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ CNPJ, 75,741,355,70001-30 - ESTADO DO PARANÁ AV. CURTIBA, 563, CENTRO, 8693-000 - F: (43),3477-1122/3477-1131 FAX: (43) 3477-1635 E-MAIL: licitação pringi@yaltoo com br

13	BOLAS OFICIAL DE BASQUETEBOL EM NYLON ADULTO, TAMANHO OFICIAL, APROVADA PELA FIBA (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL BASQUETEBOL DE BASQUETEBOL	STADIUN	UN	20,00	37,00	740,00
14	BOLAS 7.4 OFICIAL DE BASOUETEBOL, MASCULINO, MATRIZADA, CONFECCIONADA MICROFIBRA, COM 75-78CM DE DIÂMETRO, 510-565GR, CAMARA AIRBILIT, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL, APROVADA PELA FIBA (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL BASQUETEBOL)	PENALTY	ÜZ	5,00	204,00	1.020,00
15	BOLAS 6.4 OFICIAL DE BASQUETEBOL, FEMININO, MATRIZADA, CONFECCIONADA COM MICROFIBA, COM 72-74CM DE DIÂMETRO, 510-565GR, CAMARA AIRBILIT, MIOLO SLIP SYSTEM, APROVADA PELA FIBA (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASUGETEBOL)	PENALTY	UN	5,00	193,00	965,00
17	BOLAS OFICIAL DE HENDEBOL H 3L, TAMANHO MASCULINO, COSTURADA, COM 32 GOMOS, CONFECCIONADA EM P.U APROVADA PELA CHBH	PENALTY	UN	5,00	174,00	870,00
18	BOLAS OFICIAL DE HANDEBOL H 2L, TAMANHO FEMININO, COSTURADA, COM 32 GOMOS, CONFECCIONADA EM P.U APROVADA PELA CHBH	PENALTY	UN	5,00	174,00	870,00
23	REDES DE FUTEBOL DE SALÃO, MODELO TRADICIONAL, FIO 4MM, 100% POLIPROPILENO	SPITTER	UN	4,00	173,00	692,00
26	AGASALHO ESPORTIVO, CALÇA E BLUSA EM TECTEL 100% POLIESTER, COM FORRO, COM LOGO DO MUNICIPIO BORDADA,	MARIN	UN	20,00	147,00	2.940,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ CNPJ, 75,741.355 /0001-30 - ESTADO DO PARANÁ AV. CURITIBA. 563, CENTRO, 86930-000 - F: (43) 3477-1122/3477-1131 FAX. (43) 3477-1635 E-MAIL: licitação prinsi@yahoo.com.br

	ADULTO	-	1		17	
30	Troféu com altura de 150 cm com base octogonal de 26,5 cm de largura em polimero na cor preto. Sobre esta base quatro coroas com 12 pontas na cor dourado, com uma copa interna na cor azul metálico e uma tampa metalizada na cor dourado. Sobre estas coroas, quatro colunas com detalhes em alto relevo na cor azul metálico com suportes na cor dourado. Sobre estas colunas uma base em madeira e uma taça metalizada na cor azul metálico com 45 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça, alças e suporte metalizados na cor dourado. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação. Uma estatueta de honra a o mérito (deusa da Vitória) fixa no centro da base e quatro estatuetas fixas	VITORIA	O N	5,00	457,50	2.287,50
31	na lateral da base em madeira. Troféu com altura de 144 cm com base octogonal de 26,5 cm de largura em polímero na cor preto. Sobre esta base quatro coroas com 12 pontas na cor dourado, com uma copa interna na cor azul metálico e uma tampa metalizada na cor dourado. Sobre estas coroas, quátro colunas com detalhes em alto relevo na cor azul metálico, com suportes na cor dourado. Sobre estas colunas uma base em madeira e uma taça metalizada na cor azul metálico com 45 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça, alças e suporte metalizados na cor dourado. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa no centro da base e quatro estatuetas de águias fixas na lateral da base em madeira.	VITORIA	UN	5,00	458,00	2.290,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ

CNPJ. 75.741.355 /0001-30 - ESTADO DO PARANÁ AV. CURITIBA, 563, CENTRO, 86930-000 - F: (43) 3477-1122/3477-1131 FAX: (43) 3477-1653 E-MAIL: licitação.pmsji@yahoo.com.br

Troféu com altura de 138 cm com base octogonal de 26,5 cm de largura em polímero na cor preto. Sobre esta base quatro coroas com 12 pontas na cor dourado, com uma copa interna na cor azul metálico e uma tampa metalizada na cor dourado. Sobre estas coroas, quatro colunas com detalhes em alto relevo na cor azul metálico, com suportes na cor dourado. Sobre estas colunas uma base em madeira e uma taça metalizada na cor azul metálico com 45 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça, alças e suporte metalizados na cor dourado. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa no centro da base e quatro estatuetas de águias fixas na lateral da base em madeira.	VITORIA UN 5,00 449,00 2.245,00

Valor Total Homologado - R\$ 17.209,50 (dezessete mil, duzentos e nove reais e cinquenta centavos)

Estando o referido processo licitatório em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, publicada no DOU. de 18/07/2002, Lei nº 8.666/93, de 21 de junho e 1993, com alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994,

Dê-se a publicidade ao ato, na forma da Lei.

São João do Ivaí, 01 de abril de 2015.

FÁBIO HIDEK MIURA Prefeito Municipal



Fundo de Previdência de Município de Roncador

RUA CURITIBA, 747 - CENTRO - E-mail: previsron@gmail.com RONCADOR - CEP: 87320-000 - Caixa Postal n.º 64 - FONE: (44) 3575-2777 - ESTADO DO PA CNPJ - 01.600.982/0001-15

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: PREVISRON - Fundo de Previdência do Município de Roncador.

CONTRATADO: CLAUDEIR JOSE DOS REIS

OBJETO: Contratação de advogado para defesa na ação movida pela Senhor Terezinha Pereira do Espírito Santo e outros.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 11.000,00 (ONZE MIL REAIS).

PRAZO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: PRAZO 01 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO.

EMBASAMENTO LEGÁL: INEXIGIBILIDADE DE PROCESSO LICITATÓRIO COM BASE NO ARTIGO 25, INCISO II E ARTIGO 13, V, DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

Roncador, 28 de março de 2015.





ESPECIFICAÇÃO

EXERCÍCIO: 2014

ATIVO

PREVISRON - FUNDO DE PREVIDENCIA DE RONCADOR

Estado do Paraná BALANÇO PATRIMONIAL

PERÍODO: 12		DATA EMISSÃO: 27/03/20 PÁGINA: 1					
_			PASSI	vo	9		
	Exercício Anterior	ESPECIFIC	AÇÃO	Exercício Atual	Exe		
0	10.061.843,06	PASSIVO CIRCU	JLANTE	20.346,62	\vdash		
۰	0.510.05		and the latest the lat				

ESIECIFICAÇÃO	Atual	Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Atual	Anterior		
ATIVO CIRCULANTE	12.166.046,90	10.061.843,06	PASSIVO CIRCULANTE	20.346,62	20.582,37		
Caixa e Equivalentes de Caixa	55,308,98	9.510,25	Obrigações Trabelhistas, Previdenciárias e				
Créditos a Curto Prazo Clientes	0,00	0,00	Assistercias a Pagar a Curto Prazo	1.042,89	680,8		
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Emprésimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,0		
Divida Ativa Tributaria	9,00	0,00	Foroccelores e Contas a Pagar a Curto Prazo Obrigações Fiscais a Curto Prazo	13.876,28	14.066,6		
Divida Ativa não Tributaria - Clientes	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,0		
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00	Provisõta a Curto Prazo	0,00	0,0		
Empréstimos e Financiamentos Concedidos (-) Ajuste de Perdas de Crédito a Curto Prazo	0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	5.427,45	5.834,8		
Demais Créditos e Valores a Carto Prazo	0,00	0,00					
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	12,110,737,92	10,052,332,81		1			
Estoques	0,00	0.00					
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00					
			PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	29.169.847.66	25.171.353,56		
		2	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e				
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	4,800,581,17	3.995.038,44	Assistencias a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00		
Ativo Realizavel a Longo Prazo	3,491,734,42		Emprésimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00		
Créditos a Longo Prazo	3.491.734,42	2.692.941,69 2.692.941,69	Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00		
Clientes	0.00	0.00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00		
Créditos Tributários a Receber	100.000,00	0.00	Provisões a Longo Prazo	29.169.847,66	25.171.353,56		
Divida Ativa Tributaria	3.391,734,42	2.692.941,69	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00		
Divida Ativa não Tributaria-Clientes Empréstimos e Financiamentos Coecedidos	0,00	0,00	Resultaco Diferido	0,00	0,00		
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00					
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00		1 1			
Investimentos e Aplicações Temporários a Longo Prazo	0,00	0,00		1 1			
Estoques	0,00	0,00					
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	TOTAL DO PASSIVO	29.190.194,28	25.191.935,93		
Investimentos Participações Permanentes	1.285.000,00	1.285.000,00	PATRIMÔNIO LÍQ	IIIDO			
Participações Avaliadas pelo Método de Fourivalência	0,00	0,00	THE CHICKEN				
Patrimorial	0,00	0,00		Exercício	Exercício		
Participações Avaliadas pelo Método do Custo	0,00	0,00	ESPECIFICAÇÃO	Atual	Anterior		
Propriedades para Investimento Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00					
Demais investimentos Permanentes Imobilizado	1.285.000,00	1.285,000,00	Patrimôtio Social e Capital Social	0,00	0,0		
Bens Mousis	23.846,75 23.846,75	17.096,75 17.096,75	Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	. 0,00	0,00		
Rens Imhveis	0.00	0.00	Reserva de Capital	0,00	0,00		
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização	0,00	0,00	Ajustes de Avaliação Patrimonial Reserva de Lucros	0,00 0,00	0,00		
Intangivel	0,00	0,00	Decrais Reservas	0,00	0,00		
Softwares Marcas, Direitos e Patentes	0,00	0,00	Resultados Acumulados	-12.223.566,21	-11.135.054,43		
Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00	Resultado do Exercício	-1.088.511,78	-3.867.796,39		
Director de Caro de Elitoreis	0,00	0,00	Resultados de Exercicios Anteriores	-11.135.054,43	-7.267.258,04		
			Ajustes de Exercicios Anteriores	0,00	0,00		
	Section 1	- 1	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00		
			TOTAL DO PATRIMÔNIO L IOS IDO	-12.223.566.21	-11.135.054.43		
TOTAL	16.966.628,07	14.056.881,50		16.966,628,07	14.056,881,50		
TOTAL	10.700.018,07	14.050.861,50	IOIAL	16.966.628,07	14.056.881,50		
TIVO FINANCEIRO	12.166.046,90	10.061.843,06	PASSIVO FINANCEIRO	20.346,82	20,582,37		
TIVO PERMANENTE	4.800.581,17		PASSIVO PERMANENTE				
ALDO PATRIMONIAL	4.800.501,17	J.993.036,44 J	- L4 1	29.169,847,66 -12.223.566,41	25.171.353,56 -11.135.054,43		



PREVISRON - FUNDO DE PREVIDENCIA DE RONCADOR Estado do Paraná

BALANÇO PATRIMONIAL DATA EMISSÃO: 27/03/2015

EXERCÍCIO: 2014

PERÍODO: 12

PÁGINA: 2

14.838.641,77

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual Exercício ESPECIFICAÇÃO Anterior Saldo dos Atos Potenciais Passivos		Exercício	Exercício			
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior		
Garantias e Contragarantias Rececebidas	9/00		0,00	0,00			
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres			Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00		
Direitos Contratuais	684,022,79	684,022,79	Obrigações Contratuais	0,00	0,00		
Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00		
TOTAL	684,022,79	684.022,79	TOTAL	0,00	0,00		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS SUPERÁVIT/DÉRICIT							
Recursos Ordinários / Livres 2.735.323,47							
Regime Próprio de Previdência							
Valores Restituíveis					0,00		

TOTAL PERILIRA MACHADO VIVALDO LESSA MOREIRA Contador CPC/PR 33221/O-1